



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º DE 2018
(Do Sr. Arnaldo Jordy)

Requer ao Ministro de Estado da Saúde, informações referentes às indicações e distribuição de ambulâncias previstas na lei ordinária nº13528 de 2017, na forma em que especifica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma do artigo 115, inciso I e art. 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, que seja encaminhado por meio da Mesa Diretora desta Casa ao Ministro de Estado da saúde, Senhor Ricardo Barros, pedido de Informações para prestar esclarecimentos referentes às *indicações e distribuição de ambulâncias previstas na lei ordinária nº13528 de 2017*, nos termos abaixo:

- a) Quais foram os critérios técnicos adotados para atender às solicitações das Prefeituras quanto a seleção e distribuição das ambulâncias *previstas na lei ordinária nº13528 de 2017*?
- b) Houve critério político, de fidelidade ao governo, que balizou a distribuição dos recursos para a aquisição das novas ambulâncias?
- c) Quantos e quais municípios fizeram a solicitação para o recebimento das ambulâncias? Quantos e quais municípios foram contemplados – Solicito relação por Estados e dentro de cada Estado, seus municípios contemplados. Qual a razão para o não atendimento dos municípios não contemplados.
- d) Houve indicação de parlamentares a respeito de prefeituras que receberam dinheiro federal destinados à compra de ambulâncias e equipamentos odontológicos? Se sim, quais foram os parlamentares.
- e) As solicitações das prefeituras atendidas para a aquisição das novas ambulâncias foram apenas as que possuíam indicação política?
- f) Qual foi o instrumento jurídico utilizado para a aquisição das ambulâncias e equipamentos odontológicos?



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem como objetivo obter esclarecimentos sobre às indicações e distribuição de ambulâncias no território nacional.

Para tal, levantamos os questionamentos sobre os seguintes tópicos: critérios técnicos adotados para atender às solicitações das Prefeituras quanto a seleção e distribuição das ambulâncias; quais municípios foram contemplados com novas ambulâncias e quais municípios fizeram a solicitação para recebê-las; se houve indicação de parlamentares a respeito de prefeituras que receberam dinheiro federal destinados à compra de ambulâncias e equipamentos odontológicos; e se houve critério político, de fidelidade ao governo, que balizou a distribuição dos recursos para a aquisição das novas ambulâncias.

A decisão de requisitar tais informações é motivada por material divulgado pela imprensa, nos últimos meses, informando que a União só contemplaria com a entrega de ambulâncias – adquiridas com recursos públicos – os municípios indicados pelos parlamentares que votaram alinhados com o governo Temer em 2017.

No fim do ano passado, o parlamento aprovou projeto de lei do Congresso (PLN 33/17) que consignou recursos federais da ordem de R\$ 960 milhões para serem aplicados na compra de ambulâncias, equipamentos odontológicos e vans destinadas ao transporte de pacientes para tratamentos não emergenciais nos municípios brasileiros. Após este fato, alguns parlamentares da base do governo afirmaram até mesmo em entrevistas à imprensa que o critério político, de fidelidade ao governo, balizaria a distribuição dos recursos para a aquisição de novas ambulâncias. Ainda que qualquer prefeitura pudesse fazer a solicitação, tais parlamentares afirmaram que só seriam contemplados os pedidos de municípios indicados por deputados que votaram com o Planalto no ano passado. Tal fato merece explicações pois acendeu o questionamento sobre se a prática representaria compra de voto com recurso público.

Pelas razões acima expostas, e em face da clara relevância nacional do assunto, requeiro a Vossa Excelência o envio deste Requerimento de Informações, nos termos constitucionais e regimentais, ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da saúde.

Sala das Sessões, em de de 2018.

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA